

### **Coleção Zero à Esquerda**

Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados  
*David Snow e Leon Anderson*
- Dicionário de bolso do almanaque philosophico zero à esquerda  
*Paulo Eduardo Arantes*
- Globalização em questão  
*Paul Hirst e Grahame Thompson*
- A ilusão do desenvolvimento  
*Giovanni Arrighi*
- Os moedeiros falsos  
*José Luís Fiori*
- Metamorfose da questão social  
*Robert Castel*
- Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização  
*Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (Orgs.)*
- Terrenos vulcânicos  
*Dolf Oehler*
- Os últimos combates  
*Robert Kurz*

Conselho Editorial da Coleção Zero à Esquerda

Otília Beatriz Fiori Arantes

Roberto Schwarz

Modesto Carone

Fernando Haddad

Maria Elisa Cevasco

Ismail Xavier

José Luís Fiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arrighi, Giovanni

A ilusão do desenvolvimento / Giovanni Arrighi ; | tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos |. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.  
- (Coleção Zero à Esquerda)

Título original: *Workers of the world at century's end.*  
ISBN 85.326.1885-5

1. Desenvolvimento econômico 2. Economia mundial 3. História econômica - Século XX 4. Trabalho e classes trabalhadoras I. Título. II. Série.

97-4472

CDD-330.904

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Economia moderna : Século XX : História 330.904
2. Século XX : Economia moderna : História 330.904

Giovanni Arrighi

## **A ilusão do desenvolvimento**

tradução: Sandra Vasconcelos

2ª Edição

SBD-FFLCH-USP



222932



 EDITORA  
VOZES

Petrópolis  
1997

330.904  
A776w7  
2. ed.  
e. 2

© 1997, Giovanni Arrighi

Título do original inglês:

*Workers of the World at Century's End*

Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil:

Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico, ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

#### FICHA TÉCNICA DA VOZES

##### PRESIDENTE

Gilberto M.S. Piscitelli, OFM

##### DIRETOR EDITORIAL

Avelino Grassi

##### EDITOR

Lídio Peretti

##### DIRETOR INDUSTRIAL

José Luiz Castro

##### EDITOR DE ARTE

Omar Santos

##### EDITORAÇÃO

Editoração e organização literária: Jaime A. Clasen

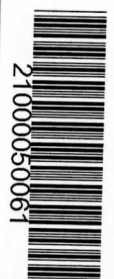
Revisão gráfica: Revitec S/C

Capa e projeto gráfico: Mariana Fix e Pedro Fiori Arantes

Supervisão gráfica: Valderes Rodrigues

ISBN 85.326-1885-5

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.



DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL

## SUMÁRIO

7 Prefácio: Arrighi toma o elevador

### ANDAR SUPERIOR

- 19 Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista
- 53 A ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos?
- 93 A ascensão do Leste Asiático: aspectos regionais e sistêmicos mundiais

### ANDAR INTERMÉDIO

- 137 A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica
- 207 A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semiperiferia
- 253 A desigualdade mundial de renda e o futuro do socialismo

### ANDAR INFERIOR

- 295 Século marxista, século americano
- 351 Trabalhadores do mundo no final do século

980571

## A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica\*

### *I. Colocação do Problema*

*I.1.* Uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a “maturidade” e o “atraso”, como diriam os teóricos da modernização, ou entre o “centro” e a “periferia”, como diriam os teóricos da dependência. A título de ilustração, podemos pensar em alguns países latino-americanos, como a Argentina, Chile, México e Brasil; na África do Sul; e na maior parte dos países do sul e leste da Europa, incluindo a URSS.

Ao longo do século XX, todos esses países experimentaram transformações sociais e econômicas de longo alcance, freqüentemente associadas a convulsões políticas. Contudo, em aspectos

---

\* Esse capítulo (de Giovanni Arrighi e Jessica Drangel) foi inspirado por questões levantadas no Research Working Group (RWG) on Semiperipheral States e num projeto anterior sobre a Política Econômica do sul da Europa, ambos no Centro Fernand Braudel. Este último projeto estava principalmente interessado na mudança política no sul da Europa. Seus resultados foram publicados em outra parte (Arrighi, 1985a). O RWG on Semiperipheral States foi formado há três anos e tem se ocupado da economia política e social de processos de desenvolvimento, através do exame de estudos de caso selecionados. No momento em que escrevemos esse artigo, os países analisados e as pessoas envolvidas no RWG eram os seguintes: África do Sul (William G. Martin), Argentina (Roberto P. Korzeniewicz), Chile (Miguel Correa),

importantes, eles não conseguiram “alcançar” o seletivo grupo de Estados que, em algum momento, estabeleceram os padrões de status e riqueza do sistema mundial. Desse ponto de vista, e considerados como um grupo de Estados, sua posição hoje parece ser tão intermediária quanto era 50 ou talvez 100 anos atrás.

A existência de um grupo intermediário relativamente estável de Estados discrepa das expectativas tanto da teoria da modernização quanto da teoria da dependência. De acordo com a teoria da modernização, as posições intermediárias são temporárias porque são *transicionais*: os Estados passam a ocupar posições intermediárias no caminho do atraso à modernidade. Em contraste, de acordo com a teoria da dependência, as posições intermediárias são temporárias porque são *residuais*: as tendências polarizadoras da economia mundial acabarão por empurrar os Estados que ocupam posições intermediárias em direção ao centro ou em direção à periferia. Partindo de premissas diferentes, na verdade opostas, as teorias da modernização e da dependência concordam, assim quanto à instabilidade essencial das posições intermediárias.<sup>1</sup>

I.2. Essas visões foram implícita ou explicitamente contestadas, nos anos 70, por teorias que passaram a enfatizar a

---

Índia (James Matson), Israel (Beverly J. Silver), Itália (Giovanni Arrighi), México (Jessica Drangel), Polônia (Ravi Palat), Portugal (Carlos Fortuna), Taiwan (Dennis Engbarth) e Turquia (Eyüp Özveren). Agradecemos a todos os participantes do RWG, assim como a Immanuel Wallerstein e Brian Van Arkadie, pelas estimulantes discussões, comentários e críticas, em várias fases da preparação do artigo. Agradecimentos especiais para Bill Martin e Beverly Silver por comentários detalhados sobre uma versão anterior, para Bill Davis pela ajuda com o computador, e para Roberto Korzeniewicz e Trevor Abrahams pela colaboração na elaboração e apresentação dos dados. Publicado originalmente em *Review*, X, 1, Summer 1986, 9-74.

<sup>1</sup> Essas tendências ainda são evidentes em estudos mais recentes. Dessa maneira, Rostow (1978:561, *et passim*), por um lado, enfatiza a singularidade nacional de casos de crescimento econômico estagnado. Por outro lado, Amin (1982:168,196, *et passim*) argumenta que a polarização é imutável, e que os países semi-industrializados têm um futuro econômico pouco promissor pela frente.

importância das posições intermediárias. Apresentadas principalmente como qualificações e elaborações da teoria da dependência, algumas delas começaram a conceituar posições intermediárias entre centro e periferia, ao definir países “subimperiais” (Marini, 1969) ou “nações mediadoras” (Galtung, 1972). Outras teorias reconheceram a possibilidade de que o desenvolvimento, em geral, e a industrialização, em particular, poderiam ocorrer no interior dos Estados ao mesmo tempo que ainda reproduziam uma estrutura de dependência (Cardoso & Faletto, 1979).

Essas importantes qualificações e elaborações da teoria da dependência contêm dois defeitos principais. Em primeiro lugar, estão focalizadas de modo estreito demais num caso especial, aquele do Estado “dependente” ou “subordinado”, de que alguns países latino-americanos são o exemplo perfeito. Esse foco deixa de considerar alguns dos mais significativos exemplos de status socioeconômico intermediário – principalmente a URSS que, longe de ser dependente ou subordinada, é uma das duas superpotências mundiais. E, inversamente, pode levar a incluir, entre os Estados intermediários, países (como o Canadá) que atingiram, em todos os aspectos, status de núcleo orgânico, mas apresentam características de “dependência estrutural”.

Em segundo lugar, as teorias em questão, ainda que baseadas numa perspectiva de sistemas mundiais, focalizam Estados individualmente, à medida que eles passam a ocupar posições intermediárias ou a experimentar “desenvolvimento dependente”. Isso deixa a análise aberta a diversos tipos de “falácias de composição”, no sentido de que o que se julga verdadeiro, no caso de Estados individualmente, pode não ser verdadeiro para grupos de Estados.

I.3. Baseando-se nessas teorizações anteriores, o conceito de semiperiferia de Wallerstein foi introduzido exatamente para evitar esses defeitos. Os detalhes do conceito serão examinados criticamente na segunda parte desse artigo. No momento, é suficiente dizer que Wallerstein segue os teóricos da



dependência ao supor uma economia mundial, estruturada nas relações núcleo orgânico-periferia. Essas relações, entretanto, não ligam economias nacionais ou regionais, como na maioria das versões da teoria da dependência, mas atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. As atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente.

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Conseqüentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o *locus* da exploração e da impotência.<sup>2</sup>

A legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. Exatamente devido a essa combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas, desenvolvidas dentro de suas fronteiras, supõe-se que os Estados semiperiféricos têm o poder de resistir à periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico.

Esses pressupostos valem para grupos de Estados (do núcleo orgânico, semiperiféricos, periféricos), mas não para Estados individualmente:

<sup>2</sup> As reflexões de Wallerstein sobre a semiperiferia estão espalhadas em livros e artigos publicados nos últimos dez anos. Os artigos mais importantes podem ser encontrados em Wallerstein (1979 e 1984) e a formulação mais recente em Wallerstein (1985).

Ao longo do tempo, os *loci* das atividades econômicas vão mudando... Daí a razão por que algumas áreas “progridem” e outras “regredem”. Mas o fato de Estados específicos mudarem sua posição na economia mundial, da semiperiferia para o núcleo orgânico, digamos, ou vice-versa, não muda, em si mesmo, a natureza do sistema. Essas mudanças serão registradas por Estados individualmente, como “desenvolvimento” ou “regressão”. O fator-chave a observar é que, no interior da economia capitalista mundial, *por definição*, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema funciona graças à existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia (Wallerstein, 1979:60-61; em itálico no original).

De acordo com essa conceituação, a importância relativa de cada estrato ou grupo de Estados permanece mais ou menos constante ao longo da história da economia capitalista mundial (Hopkins & Wallerstein, 1977:129). Supõe-se que essa estrutura triádica estável da economia mundial, por sua vez, desempenhe um papel-chave na promoção da legitimidade e estabilidade do sistema.<sup>3</sup>

Nesse capítulo, discutirei exclusivamente a afirmação de que os Estados intermediários constituem uma posição estrutural distinta da economia mundial. Investigarei se as três posições estruturais distintas da economia mundial podem ser identificadas empiricamente, e se a importância relativa de cada estrato realmente permaneceu mais ou menos constante, não ao longo de toda a história da economia mundial, mas ao longo dos últimos 45 anos.

I.4. Ainda que assim delimitado, o problema não apresenta solução fácil. As sugestões de Wallerstein sobre o modo de identificar a zona semiperiférica não ajudam muito. Num texto antigo sobre esse assunto, ele responde à pergunta: “Como podemos identificar um Estado semiperiférico quando encontramos um?”, fornecendo dois critérios: um, “[num] sistema

<sup>3</sup> Trata-se de uma suposição adicional que diz respeito à função da zona semiperiférica e que não é nem necessária nem suficiente para explicar sua existência.

de troca desigual, o Estado semiperiférico fica no meio, em termos dos produtos que exporta e em termos dos níveis salariais e margens de lucro que conhece"; e, dois, "[o] interesse direto e imediato do Estado como uma máquina política no controle do mercado (interno e internacional) é maior do que nos Estados do núcleo orgânico ou nos periféricos" (1979: 71,72).

Num texto posterior, ele nos diz que a semiperiferia

inclui os países economicamente mais fortes da América Latina: Brasil, México, Argentina, Venezuela, possivelmente o Chile e Cuba. Inclui toda a faixa externa da Europa: a parte sul de Portugal, a Espanha, Itália e Grécia; a maior parte da Europa do Leste; partes da região norte, como a Noruega e Finlândia. Inclui uma série de países árabes: Argélia, Egito e Arábia Saudita; e também Israel. Inclui, na África, pelo menos a Nigéria e o Zaire e, na Ásia, a Turquia, Irã, Índia, Indonésia, China, Coreia e Vietnã. E inclui a velha *Commonwealth* branca: Canadá, Austrália, África do Sul e, possivelmente, a Nova Zelândia (Wallerstein, 1979:100).

Fica claro, de imediato, que essa longa lista de Estados (que inclui algo da ordem de dois terços da população mundial) não se baseia nos dois critérios apresentados acima. Inclui Estados que (1) exportam uma grande diversidade de produtos, (2) se caracterizam por uma grande diversidade de níveis salariais (e, tanto quanto se pode dizer, margens de lucro), e (3) buscam uma grande diversidade de políticas em relação aos mercados interno e mundial. Na realidade, a lista simplesmente inclui todos os Estados que parecem ocupar uma posição intermediária na economia mundial, do ponto de vista ou de seus níveis de renda ou de seu poder no sistema inter-Estados. A ligação entre essas posições e a estrutura da economia mundial, tal como expressa no conceito de semiperiferia, se perde inteiramente, e a lista poderia ter sido organizada sem qualquer referência a esse conceito.

Não é de se estranhar que até mesmo estudiosos que nutrem simpatia pelo conceito de semiperiferia se queixem de suas ambigüidades e falta de operacionalidade. Dessa maneira,

Milkman, que saúda o conceito como "um aperfeiçoamento em relação aos esquemas de duas categorias, ainda prevalentes em muitas das teorizações sobre relações internacionais", considera-o "um dos componentes mais fracos e mais ambíguos do sistema de Wallerstein" (1979:264). Evans, que usa o conceito para situar seu "modelo brasileiro", admite francamente que "[até] que a idéia de 'semiperiferia' seja especificada teoricamente e as características dos países 'semiperiféricos' sejam melhor elaboradas, o uso do termo é primordialmente um modo de afirmar que existe uma categoria distinta de países que não podem ser simplesmente considerados 'periféricos' e, contudo, são estruturalmente distintos dos países do centro" (1979:291).

Esse é um uso mínimo do conceito de semiperiferia que não faz justiça ao seu impulso inovador e à riqueza de suas implicações teóricas e práticas. Aceitaremos, portanto, o desafio de Evans no sentido de uma maior especificação teórica e da operacionalização do conceito em questão. Começaremos, na Parte II, com a rerepresentação e com a elaboração da conceituação que Wallerstein faz da semiperiferia. Na Parte III, derivaremos, da revisão dessa conceituação, critérios operacionais para a identificação empírica das três zonas da economia mundial. Como fica claro, a aplicação desses critérios a dados que cobrem o período de 1938-83 nos permite não apenas identificar as três zonas em questão, mas também observar alguns padrões interessantes de desenvolvimento da economia mundial como um todo e de cada uma de suas zonas. A quarta e última parte do artigo delineará brevemente as principais implicações teóricas dessas descobertas e o trabalho que ainda fica por fazer.

## II. O Conceito de Semiperiferia

II.1. Já se observou que o conceito de semiperiferia permanece prisioneiro da ambigüidade de seus usos. Pois ele nos remete a duas definições diferentes, sem realmente reconciliá-

las. Uma é econômica: a semiperiferia é localizada no espaço e cobre aquelas regiões onde a soma dos “excedentes” que entram e saem flutua em torno do ponto zero. Isso sugere uma situação intermediária na hierarquia da economia mundial, ligando um equilíbrio negativo com o “núcleo orgânico” e um equilíbrio positivo com outros países, menos avançados... A outra definição é política. Ela enfatiza a ação voluntária dos Estados para melhorar a posição relativa de seus países, aceitando a competição, mas, ao mesmo tempo, buscando uma política de equiparação (Aymard, 1985:40).

Essa ambigüidade é combinada ao fato de o termo “semiperiferia” ser usado, às vezes, para sugerir uma posição intermediária na hierarquia do sistema inter-Estados. Subjacente à longa lista de países periféricos de Wallerstein, mencionada na Parte I, está uma confusão entre a posição de um Estado em relação à divisão mundial do trabalho e sua posição no sistema inter-Estados, por exemplo. Ela fica ainda mais clara na alegação de Chirot de que, já que a completa descolonização reduziu o poder diferencial entre os Estados do núcleo orgânico e os da periferia, a soberania formal eliminou a periferia, e os países da Ásia, África e América Latina podem agora ser incluídos na categoria dos semiperiféricos (1977:148,179-81).

Para evitar essas ambigüidades, usaremos o termo “semiperiferia” exclusivamente para nos referirmos a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho e nunca para nos referirmos a uma posição no sistema inter-Estados. Ao fazer isso, não sugerimos que o comando nas arenas econômica e política mundiais não esteja estreitamente inter-relacionado. Pelo contrário, queremos enfatizar que a separação dos dois tipos de comando é uma peculiaridade da economia capitalista mundial (em oposição aos impérios mundiais), que deve ser submetida a um detalhado exame empírico e teórico, em vez de ser suposta através da postulação de sua identidade (ver II.5, abaixo).

II.2. Ao nos voltarmos para a dicotomia núcleo orgânico-periferia, através da qual a teoria dos sistemas mundiais define

a estrutura da economia mundial, enfrentamos mais ambigüidades. A dicotomia se destina a designar a distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades que constituem a divisão do trabalho, com formato de um arco único, que define e demarca a economia mundial. Supõe-se que todas essas atividades são integradas em cadeias de mercadorias.<sup>4</sup> Essas cadeias podem ser analisadas de dois pontos de vista distintos. Um deles é aquele típico da economia clássica, assim como da sua crítica Marxiana. Concentra-se na distribuição do produto total entre os rendimentos do trabalho, os rendimentos da propriedade e um residual a que se pode referir como “lucro puro” ou rendimento empresarial. O outro é aquele típico da teoria dos sistemas mundiais. Concentra-se na distribuição do produto total, não entre os fatores de produção, mas entre os diversos nós da cadeia de mercadorias (“atividades econômicas”) – sendo que cada um consiste de uma combinação de diferentes fatores de produção.

Os economistas clássicos (e Marx), propositalmente, puseram de lado (principalmente através do pressuposto da pura competição) a desigualdade de recompensas que advém para diferentes unidades do mesmo fator de produção quando elas buscam remuneração em diferentes tipos de atividade. A teoria dos sistemas mundiais coloca no centro de sua conceituação exatamente o que os economistas clássicos haviam posto de lado. Ao fazer isso, entretanto, reteve o termo “excedente” (através do qual os economistas clássicos designaram os rendimentos não provenientes do trabalho) sem definir claramente seu significado na nova construção teórica.

Do nosso ponto de vista, o uso do termo “excedente” não é necessário nem ajuda a definir as relações núcleo orgânico-

<sup>4</sup> “Tome-se um item de consumo final e remonte-se à origem do conjunto de insumos que culminou no item – as transformações anteriores, as matérias-primas, os mecanismos de transporte, o insumo de mão-de-obra em cada um dos processos materiais, os insumos de alimentação na mão-de-obra. A esse conjunto interligado de processos chamamos de uma cadeia de mercadorias” (Hopkins & Wallerstein, 1977:128).

periferia. Tudo o que precisamos é pressupor que os atores econômicos (independente de buscarem ou não uma remuneração pela força de trabalho, bens ou energias empresariais), longe de aceitar a competição como um dado, procuram continuamente transferir, e alguns conseguem transferir, a pressão da competição de si próprios para outros atores.<sup>5</sup> Como resultado, os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias tende a se polarizar em posições que transferiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas).

Segue-se daí que as recompensas agregadas em atividades periféricas tenderão a se aproximar dos níveis de remuneração que são apenas marginalmente mais altos do que aqueles que os fatores de produção nelas envolvidos alcançariam coletivamente fora da divisão mundial de trabalho. Em contraste, as recompensas agregadas em atividades típicas do núcleo orgânico tenderão a incorporar a maioria, se não todos, dos benefícios globais da divisão mundial de trabalho.<sup>6</sup> É uma outra questão se as recompensas de cada classe de fatores de produção (salários, remunerações e lucros), em

<sup>5</sup> Este foi realmente o espírito das formulações originais da dicotomia centro-periferia de Prebisch e seus colegas (Nações Unidas, 1950; Prebisch, 1959). Essa formulação, no entanto, não levou suficientemente em conta a dinâmica e os aspectos de longo prazo da relação. Ver Hopkins e Wallerstein (1977:115-16) e II.3. abaixo.

<sup>6</sup> Podemos optar por usar o termo "excedente" como uma designação abreviada do diferencial entre o produto total de uma cadeia de mercadorias e as recompensas totais que adviriam para os fatores de produção se eles fossem remunerados de acordo com as taxas obtidas nas atividades periféricas. Se fizermos isso, podemos dizer (como na seção I.3 acima) que as atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido no interior de uma cadeia de mercadorias e que as atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nenhum excedente. Devemos, no entanto, ter consciência de que, conceitualmente, essa noção de excedente é bem distinta da de mais-valia usada por Marx e pelos economistas clássicos para designar os rendimentos de propriedade e empresariais.

oposição às recompensas agregadas, são ou não maiores ou menores nas atividades do núcleo orgânico e da periferia. Depende de como as recompensas agregadas são distribuídas entre salários, remunerações e lucros dentro de cada atividade.

Para determinar isso, precisamos de suposições e hipóteses adicionais que não dizem respeito à definição de atividades do núcleo orgânico e periféricas. Podemos supor que os lucros absorvem todo o diferencial entre as recompensas das atividades do núcleo orgânico e da periferia, sendo que, neste caso, os salários e/ou remunerações serão os mesmos em ambos os tipos de atividades. Ou podemos supor que os salários e/ou remunerações absorvem o diferencial, sendo que, neste caso, os lucros serão os mesmos nas atividades do núcleo orgânico e da periferia. É somente sob um conjunto extremamente restritivo de suposições, como sugerem e o fazem Wallerstein (1979:71; 1984:16), Chase-Dunn (1984:87) e outros, que podemos usar o nível de salários (ou de lucro) como um critério para distinguir as atividades do núcleo orgânico e da periferia. Esse conjunto restritivo de suposições não é nem necessário para definir rigorosamente as relações núcleo orgânico-periferia, nem útil para capturar a variedade de situações (em termos de distribuições fatoriais de recompensas) nas e através das quais as relações núcleo orgânico-periferia se reproduziram historicamente. No que se segue, consideraremos, portanto, apenas o nível das recompensas *agregadas* como indicativo do status de núcleo orgânico ou de periferia de uma atividade.

II.3. Supomos, além disso, que nenhuma atividade específica (quer definida em termos de sua produção ou da técnica usada) é inerentemente típica do núcleo orgânico ou típica da periferia. Uma atividade pode se tornar, em um dado momento no tempo, típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, mas cada uma tem aquela característica por um período limitado. Apesar disso, há sempre alguns produtos e técnicas que são típicos do núcleo orgânico e



outros que são típicos da periferia em qualquer momento dado.<sup>7</sup>

A razão para essa suposição é que, seguindo Schumpeter, vinculamos o impulso fundamental que gera e sustenta as pressões competitivas numa economia capitalista a inovações orientadas para o lucro, definidas como “o estabelecimento de uma nova função de produção” (1964:62) ou, em nossos termos, o estabelecimento, alargamento, aprofundamento e reestruturação de cadeias de mercadorias. Definidas de modo amplo, as inovações incluem a introdução de novos métodos de produção, novas mercadorias, novas fontes de suprimento, novas rotas de comércio e mercados e novas formas de organização.

A intromissão dessas inovações “revolucionaria incessantemente a estrutura econômica *a partir de seu interior*, destruindo incessantemente a velha, criando incessantemente uma nova” (Schumpeter, 1954:83). Na visão de Schumpeter, esse processo de “destruição criativa” é a essência do capitalismo. Por um lado, é “não apenas a mais importante fonte imediata de ganhos, mas também produz indiretamente, através do processo que põe em movimento, a maioria daquelas situações das quais surgem ganhos e perdas caídos do céu e nas quais as operações especulativas adquirem escopo significativo” (1964:80). Por outro lado, causa desequilíbrios e competição implacável; torna obsoletas as combinações produtivas preexistentes; impõe perdas generalizadas (1964:80).

Conseqüentemente,

prêmios [espetaculares] muito maiores do que teria sido necessário para suscitar o esforço específico são lançados a uma pequena minoria de ganhadores, impulsionando assim, de maneira

<sup>7</sup> Isso diferencia nossa posição daquela de Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina (CEAL) a que nos referimos na nota 5. Wallerstein tem o mérito de ter desvinculado o conceito de relações núcleo orgânico-periferia de qualquer par específico de produtos (tais como matérias-primas versus produtos manufaturados) ou de qualquer par específico de regiões/países. Ele ainda mistura, entretanto, a relação núcleo orgânico-periferia com o uso de técnicas mais ou menos mecanizadas (ver, por exemplo, 1984:16).

muito mais eficaz do que o faria uma distribuição mais igualitária e mais “justa”, a atividade daquela grande maioria de homens de negócios que recebem de volta uma compensação muito modesta ou nada ou menos que nada, e que, contudo, fazem o máximo porque têm os grandes prêmios diante dos olhos e superestimam suas chances de se saírem igualmente bem.

Schumpeter usou essa conceituação para desenvolver, entre outras coisas, a teoria da alternância de longas fases de “prosperidade” e “depressão” econômicas, ou fases A e B, como são chamadas agora. Ao supor que as revoluções nas funções produtivas ocorrem em movimentos descontínuos, que se separam uns dos outros por períodos de comparativa calma, ele dividiu o funcionamento incessante do processo de destruição criativa em duas fases – a fase da revolução propriamente dita e a fase da absorção dos resultados da revolução:

Enquanto essas coisas estão sendo iniciadas, temos um rápido dispêndio e “prosperidade” predominante ... e enquanto estão sendo completadas e seus resultados aparecem, temos a eliminação de elementos antiquados da estrutura industrial e “depressão” predominante (1954:68).

Do mesmo modo que Schumpeter supôs que as inovações orientadas para o lucro e seus efeitos (o refreamento da competição num extremo e sua intensificação, no outro) se agrupam *no tempo*, podemos supor (independente da validade daquela outra afirmação) que se agrupam *no espaço*. Dito de outro modo, podemos substituir “enquanto” por “onde” na citação acima e lê-la como uma descrição das relações núcleo orgânico-periferia no espaço, ao invés de uma descrição de fases A-B no tempo.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Poderíamos, naturalmente, manter as duas leituras e vincular a uma fonte comum os dois tipos de desigualdade. Para um passo tentativo nessa direção, ver Arrighi et al. (1986). Também poder-se-ia observar que a citação anterior de Schumpeter (1964:73-74) não precisa ser alterada para ser lida como uma descrição das relações núcleo orgânico-periferia – a menos que queiramos torná-la mais geral, substituindo “homens de negócios” por “atores econômicos e políticos”.



II.4. As empresas capitalistas raramente se envolvem numa única atividade, mas reúnem diferentes atividades dentro de seus domínios organizacionais e serão, portanto, caracterizadas por combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia. Conseqüentemente, ao buscar lucros máximos/mais altos, cada empresa se empenhará continuamente em melhorar aquela combinação, entrando em novos campos de operação e abandonando outros, e também transformando as atividades nas quais está envolvida em qualquer momento dado. Isso equivale a dizer que cada empresa capitalista, além de gerar pressões competitivas através de inovações, está sempre e simultaneamente envolvida em responder às pressões criadas por outras empresas – isto é, em abandonar (ou transformar) as atividades nas quais a pressão competitiva é alta ou crescente, e entrar em atividades nas quais a pressão competitiva é baixa ou decrescente.

Duas coisas devem ser registradas nesse processo. Em primeiro lugar, é um jogo de soma zero. Como a ascensão de uma atividade ao status de núcleo orgânico implica o declínio de uma outra ou mais atividades ao status de periferia (isto é, implica que as pressões competitivas foram deslocadas de uma atividade para outras atividades), o sucesso de uma empresa em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado das combinações de outras empresas. Em segundo lugar, como a empresa capitalista é o *locus* de “acumulação” (de bens, *expertise*, conhecimento especializado e organização), a capacidade presente de uma empresa em melhorar sua combinação de atividades dependerá, até certo ponto, de seu êxito passado em fazê-lo.

O resultado é que as atividades de núcleo orgânico tendem a se agrupar num grupo relativamente pequeno de empresas que, usando uma outra expressão de Schumpeter, “são o agressor, por natureza, e empunham a arma realmente eficaz da competição (1954:89). Como já deveria estar claro, essa “arma realmente eficaz da competição” é a capacidade de transferir continuamente a pressão da competição de nosso

domínio organizacional para atividades que estão fora desse domínio, gerando um fluxo contínuo de inovações dentro de um dado domínio, e/ou transferindo o próprio domínio em resposta às inovações de outras empresas. Vamos nos referir a esse grupo de empresas, dentro do qual as atividades de núcleo orgânico tendem a se agrupar, como “capital do núcleo orgânico” e à sua contrapartida (o grupo necessariamente maior de empresas para cujo domínio de atividades a pressão da competição é transferida) como “capital periférico” (ver Averitt, 1968).

O agrupamento das atividades de núcleo orgânico e de periferia em dois grupos diferentes de empresas não produz em si e por si mesmo uma polarização semelhante do espaço da economia mundial em zonas do núcleo orgânico e zonas periféricas. Certamente, a polarização das empresas capitalistas terá, em qualquer momento dado, uma dimensão espacial no sentido óbvio de que o capital do núcleo orgânico deve se localizar em algum lugar. Podemos também supor que as empresas do núcleo orgânico são atraídas aos mesmos locais por uma economia externa que resulta do fato de elas se manterem unidas. Podemos chamar o conjunto desses locais de a “zona do núcleo orgânico”.

De modo geral, entretanto, qualquer polarização espacial desse tipo seria extremamente instável num prazo mais longo porque as “desvantagens de custo” dos locais na zona do núcleo orgânico inevitavelmente superariam suas “vantagens de receita”. Dito de outro modo, a principal vantagem para o capital do núcleo orgânico de operar numa zona do núcleo orgânico é a proximidade aos mercados grandes e estáveis proporcionados pelas altas recompensas que advêm para as atividades de núcleo orgânico. Mas essas altas recompensas sempre se refletem, até certo ponto, em remunerações mais altas e/ou salários mais altos do que aqueles obtidos nas zonas periféricas. Quanto mais o capital do núcleo orgânico se junta num local específico do núcleo orgânico, mais as desvantagens associadas a essas remunerações e/ou salários mais altos podem superar as vantagens associadas à proximidade às altas receitas

e, portanto, deflagrar uma realocização do capital do núcleo orgânico em direção ao que anteriormente eram locais mais periféricos. Na ausência de outros fatores que não as atividades de maximização do lucro das empresas capitalistas, a polarização do espaço da economia mundial em zonas do núcleo orgânico e da periferia seria, portanto, extremamente volátil: enquanto, em qualquer momento dado, as atividades de núcleo orgânico e de periferia se agrupariam em diferentes locais, os locais específicos que desempenham o papel de zona do núcleo orgânico e de zona periférica estariam mudando o tempo todo.

*II.5.* Outros fatores, entretanto, estão atuando (e têm estado atuando historicamente). A luta competitiva entre as empresas capitalistas não ocorreu num vazio político, mas esteve intimamente inter-relacionada com a formação dos Estados – isto é, de jurisdições territoriais formalmente soberanas. Seguindo a teoria dos sistemas mundiais, supomos (1) que uma multiplicidade desses Estados (cada um com responsabilidade autônoma pelas decisões políticas dentro de sua jurisdição, e cada um dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade) foi parte integrante da formação da economia mundial e (2) que quase todas as cadeias de mercadorias de alguma importância atravessaram suas fronteiras.

Como cada Estado tem jurisdição formal sobre o movimento das mercadorias, bens, força de trabalho, e energias empresariais além e dentro de suas fronteiras, cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera. Restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazê-las atingir o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico – isto é, eles podem agir sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial.

Se o sistema mundial tivesse um único aparato de Estado em forma de arco, este poderia impor monopólios verdadeiros e completos que seriam o principal, se não o único, determi-

nante das relações núcleo orgânico-periferia. O mesmo seria verdade em relação a qualquer um dos muitos aparatos de Estado, se não houvesse uma divisão mundial de trabalho em forma de arco. Mas, numa economia capitalista mundial, dividida numa multiplicidade de jurisdições de Estado e continuamente sujeita aos choques endógenos das inovações nas funções produtivas, o poder que cada aparato de Estado tem de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitado pelo poder que os outros Estados têm de fazer o mesmo e, sobretudo, pelas pressões competitivas geradas continuamente pelas inovações econômicas.

Neste contexto, pode-se supor que os Estados se envolvem num jogo de soma zero, análogo àquele jogado entre as empresas capitalistas, mas com fins e meios radicalmente diferentes. A analogia reside no fato de (1) os Estados conterem dentro de seu domínio jurisdicional uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que eles lutam para melhorar e (2) que a real melhoria da combinação contida em qualquer um dos Estados (ou grupo de Estados) sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado da combinação contida por outros Estados. Dada a primeira suposição, a segunda é o corolário de nossa definição das relações núcleo orgânico-periferia.

No entanto, os Estados não são unidades de maximização do lucro. Eles também não organizam nem controlam as atividades econômicas que se encontram em suas jurisdições tão estreita e diretamente quanto as empresas capitalistas. A função principal dos Estados não é a acumulação da riqueza, mas sim, a reprodução de seu monopólio do uso legítimo da violência sobre um dado território contra as contestações de outros Estados e de seus próprios cidadãos. Os Estados, portanto, buscam a legitimidade e usam a força nessa busca – um objetivo e um instrumento que são normalmente estranhos à empresa capitalista.

Apesar dessas diferenças entre empresas capitalistas e Estados, supomos que os Estados também lutam para melhorar

(ou evitar o rebaixamento de) sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia. O comando econômico tem um caráter cumulativo que falta ao comando político porque a “riqueza” pode ser acumulada mais facilmente do que o “poder”. A capacidade de fazer valer o comando econômico (cumulativo) sobre o comando político (não cumulativo) é portanto sempre um ingrediente importante na luta pela legitimidade e poder entre os Estados e entre os Estados e seus cidadãos.<sup>9</sup>

Numa economia mundial capitalista, a capacidade dos Estados de fazê-lo é sempre problemática. A principal dificuldade reside no fato de que o comando econômico depende muito de uma participação inovadora na divisão mundial do trabalho (II.3), e de que as empresas capitalistas se tornaram progressivamente os agentes especializados dessa participação (II.4). O problema de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia de um Estado reside, portanto, principalmente, na capacidade de atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o “capital do núcleo orgânico” (tal como definido na seção anterior). Essa capacidade é apenas em parte um reflexo do poder político de um Estado – a chance de que seus comandos serão obedecidos por outros Estados e por seus cidadãos. Pelas razões dadas abaixo, ela depende igualmente, se não mais, da proporção em que um Estado já desenvolveu vínculos orgânicos com o capital do núcleo orgânico e, portanto, já contém, dentro de sua jurisdição, uma combinação de atividades predominantemente de núcleo orgânico.

<sup>9</sup> Não é, porém, o único ingrediente. A condição de periferia econômica pode ser compensada ou mais do que compensada na arena política pelo tamanho, ideologia, organização e inovações políticas de diversos tipos (ver Schurmann, 1974). Isso foi demonstrado de modo notável pela derrota militar e política do mais poderoso Estado do núcleo orgânico (os EUA) por um Estado relativamente pequeno e economicamente periférico (Vietnã). Ao mesmo tempo, a derrota não afetou significativamente o comando econômico dos dois Estados, que permaneceram como eram antes do confronto – Estado do núcleo orgânico (EUA) e estado periférico (Vietnã).

Essa dependência que a capacidade presente e futura de um Estado de melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia tem de seu sucesso anterior gera, para usar uma expressão de Myrdal (1956), processos de “causalidade circular e cumulativa”, que foram o sustento da teoria da dependência. Esses processos são extremamente óbvios e plausíveis quando são referidos aos pólos opostos do espectro formado pelas diversas combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia contidas nos Estados: o pólo periférico, que consiste de países que abrangem atividades predominantemente periféricas, e o pólo do núcleo orgânico, que consiste de países que abrangem atividades predominantemente de núcleo orgânico.

Dada a grande diferença entre as combinações que caracterizam esses dois grupos de Estados, é relativamente fácil justificar o pressuposto de que os Estados do núcleo orgânico têm uma capacidade muito maior do que os Estados periféricos de reter/atraindo capital do núcleo orgânico dentro de sua jurisdição. Pois o grande (e crescente) diferencial entre as recompensas que advêm para as atividades típicas de núcleo orgânico e aquelas que advêm para as atividades periféricas<sup>10</sup> se reflete necessariamente na capacidade dos Estados do núcleo orgânico (e numa correspondente incapacidade dos Estados periféricos) de (1) controlar o acesso de todas as principais cadeias de mercadorias aos escoadouros que garantam melhor remuneração; (2) fornecer a infra-estrutura e os serviços exigidos por atividades típicas de núcleo orgânico e (3) criar um clima político favorável à capacidade empresarial capitalista.

Isso significa que os Estados do núcleo orgânico controlam as vantagens de receitas das localidades do núcleo orgânico e conseguem usar esse controle tanto para desenvolver uma relação simbiótica com o capital do núcleo orgânico, que já está localizado dentro de sua jurisdição, quanto para atrair mais

<sup>10</sup> Acerca das circunstâncias nas quais se pode pressupor que o diferencial em questão seja não apenas grande, mas também crescente, ver nota 16.

capital do núcleo orgânico vindo das localidades periféricas. Certamente, os Estados periféricos controlam as vantagens de custo das localidades periféricas. De modo geral, entretanto, não conseguem usar esse controle para competir com eficácia com os Estados do núcleo orgânico para atrair capital do núcleo orgânico por duas razões principais.

Em primeiro lugar, dado o número muito maior de Estados periféricos do que de Estados do núcleo orgânico, é mais fácil para esses últimos barganhar e obter acesso livre às vantagens de custo de localidades periféricas do que é para os primeiros barganhar e obter acesso livre às vantagens de receitas das localidades do núcleo orgânico. Conseqüentemente, a vantagem de custo de localidades periféricas “depende” muito mais de um acesso livre às vantagens de receitas de localidades do núcleo orgânico do que as últimas dependem de um acesso livre às primeiras.

Em segundo lugar, e intimamente relacionado com o exposto acima, no ambiente típico da zona do núcleo orgânico – caracterizado por mercados remuneradores, infra-estruturas e serviços eficientes e um clima político favorável à empresa capitalista – os custos altos não são um obstáculo, mas sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica – caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infra-estrutura e serviços ineficientes e um clima político freqüentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista – os custos altos são incapazes de sustentar as inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar atividades periféricas.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Uma outra razão pela qual os salários mais baixos da zona periférica deixam de atrair atividades de núcleo orgânico, é que eles são normalmente acompanhados de tendências que compensam seus efeitos positivos nos custos de produção. Já que as recompensas nas atividades periféricas são, por definição (II.3), apenas marginalmente mais altas do que os fatores de produção poderiam obter fora da divisão social do trabalho da economia mun-

O resultado é que, com o tempo, os Estados do núcleo orgânico e o capital do núcleo orgânico tendem a desenvolver uma relação simbiótica que aumenta a capacidade recíproca de consolidar e reproduzir sua associação a atividades mais típicas do núcleo orgânico. O inverso dessa tendência é a incapacidade endêmica dos países periféricos de fugir de sua associação a atividades predominantemente periféricas. Consideradas juntas, as duas tendências implicam uma polarização estável, se não crescente, do espaço da economia mundial numa zona periférica e numa zona do núcleo orgânico.

II.6. Essa conclusão é plausível quando referida a Estados que têm jurisdição sobre uma combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que está ou abaixo de um limiar muito baixo de atividades típicas de núcleo orgânico presentes na combinação (Estados periféricos) ou acima de um limiar muito mais alto (Estados do núcleo orgânico). Não há qualquer razão, no entanto, para se supor que ela se aplica a todos os Estados que têm jurisdição sobre uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia (Estados semiperiféricos).

Esses Estados estarão sujeitos às mesmas tendências polarizadoras que reproduzem continuamente as zonas de núcleo orgânico e de periferia da economia mundial. Todavia, a combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia que está sob sua jurisdição oferece aos Estados semiperiféricos a oportunidade de resistir à periferização através da exploração de sua vantagem de receitas diante dos Estados periféricos e sua vantagem de custo diante dos Estados do núcleo orgânico. Eles podem fazer isso de várias maneiras.

dial, se o diferencial em recompensas é principalmente um diferencial de salário, haverá uma forte tendência entre os chefes de família periféricos de retirar periodicamente a força de trabalho dos circuitos da economia mundial. Como conseqüência, as ofertas de mão-de-obra e de esquadros para a produção capitalista tornam-se ainda mais descontínuas e menos confiáveis que anteriormente, com efeitos negativos óbvios sobre a lucratividade.



Podem tentar obter algum tipo de isolamento das pressões competitivas, através do fortalecimento dos vínculos que ligam as atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro de suas fronteiras, à custa dos vínculos que atravessam aquelas fronteiras. Ou podem tentar seguir a política oposta de fortalecimento de uma ou de outra vantagem de custo de produção situada dentro de sua jurisdição, em competição com localidades do núcleo orgânico. Ou podem tentar algum tipo de combinação dessas duas estratégias, numa tentativa de ter o melhor dos dois mundos: alguma proteção de atividades de núcleo orgânico dentro de suas fronteiras e intensificação da competição nas atividades de núcleo orgânico localizadas fora de suas fronteiras. Qualquer que seja a estratégia, a ação do Estado na zona semiperiférica faz diferença: ao explorar seletivamente as tendências de periferização da economia mundial, os Estados semiperiféricos normalmente conseguirão neutralizá-las.

Essas estratégias, entretanto, serão, em geral, contraproducentes do ponto de vista da melhoria da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia de países na zona semiperiférica. Na medida em que os Estados semiperiféricos conseguem isolar as atividades típicas do núcleo orgânico, localizadas dentro de sua jurisdição, das pressões competitivas mundiais, eles também as privam das vantagens de operar num espaço econômico mais amplo e do incentivo de gerar o fluxo contínuo de inovações que sozinhas, a longo prazo, podem reproduzir posições do núcleo orgânico. Na medida em que os Estados semiperiféricos conseguem ressaltar as vantagens de custo de locais dentro de suas jurisdições, os produtores da zona semiperiférica podem efetivamente competir com os produtores da zona do núcleo orgânico. Essa competição, no entanto, longe de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia da zona semiperiférica, é um dos mecanismos que transforma as atividades de núcleo orgânico em atividades periféricas e mantém a combinação daquela zona mais ou menos igual.

Essa conceituação não exclui a possibilidade de que Estados semiperiféricos individualmente, buscando uma combinação particularmente inovadora de políticas econômicas e/ou abençoados por uma conjuntura econômica mundial que lhes dá uma forte vantagem competitiva, possam melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia, até que se tornem Estados do núcleo orgânico. Também não exclui a possibilidade de que Estados periféricos possam igualmente passar para a zona semiperiférica. Pelo contrário, essas transições devem ser consideradas não apenas como possibilidades reais, mas também como mecanismos-chave de reprodução das três zonas separadas da economia mundial. Assim como a incapacidade endêmica dos Estados periféricos de fugir da sua associação a atividades predominantemente periféricas é o inverso da capacidade do Estado do núcleo orgânico de consolidar sua associação a atividades predominantemente características do núcleo orgânico (II.5), também a incapacidade da maior parte dos Estados semiperiféricos de passar para o núcleo orgânico (e dos Estados periféricos de passar para a semiperiferia) é o inverso do êxito de alguns Estados em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia e em passar para uma posição mais alta. Nossa conceituação sugere, entretanto, que essas são exceções, através das quais a regra é imposta, e que a regra é que os Estados permaneçam na zona na qual eles já se encontram.

II.7. Em resumo, os Estados não são beneficiários passivos de combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia. Embora todos eles se empenhem em melhorar ou pelo menos em evitar o rebaixamento da combinação que se encontra sob sua jurisdição, a capacidade de realmente ser bem-sucedido nesse esforço não se distribui de forma igual entre todos os Estados. Ela varia de modo descontínuo, devido ao peso das atividades típicas de núcleo orgânico que fazem parte da combinação que já se encontra sob uma jurisdição de Estado.

De acordo com nossa conceituação, a interação dos processos econômicos e políticos da economia mundial produz



uma distribuição de freqüência da população mundial pelas atividades de núcleo orgânico e de periferia do Estado de residência do tipo mostrado na Figura 1. Supõe-se que a distribuição apresenta uma grande inclinação em direção ao ponto mais baixo da gama de combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia, porque as atividades periféricas, por definição, se aglomeram muito mais do que as atividades de núcleo orgânico. O ponto PC no eixo  $x$  corresponde ao limiar acima do qual os Estados podem melhorar a combinação que se encontra sob sua jurisdição, a fim de consolidar sua posição de núcleo orgânico; o ponto PP corresponde ao limiar abaixo do qual os Estados têm pouco ou nenhum poder, não apenas para melhorar, mas mesmo para evitar o rebaixamento de sua combinação, provocado pela consolidação de posições de núcleo orgânico. Nós nos referiremos a esses limiares como “perímetro do centro” (PC) e “perímetro da periferia” (PP) para designar o fato de que eles definem, respectivamente, a fronteira inferior da zona do núcleo orgânico e a fronteira superior da zona periférica.<sup>12</sup>

Entre esses dois limiares fica a zona semiperiférica, que é o conjunto de todos os Estados que, devido à combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia sobre a qual têm jurisdição, exercem o poder de evitar o rebaixamento de sua combinação, mas têm pouco poder para promover sua melhoria. Essa distribuição trimodal nos permite dar um sentido analítico preciso ao conceito de semiperiferia porque ela nos fornece dois pontos óbvios de corte através dos quais podemos, inequivocamente, distinguir três grupos de Estados ou zonas da economia mundial: uma zona periférica, uma zona semiperiférica e uma zona de núcleo orgânico. Tudo o que precisamos, a essa altura, a fim de identificar as três zonas, é de uma mensuração operacional das várias combinações de atividades de núcleo orgânico e de periferia.

<sup>12</sup> O termo “perímetro do núcleo orgânico” (e, por analogia, o termo “perímetro da periferia”) é tirado de Lange (1985) que, entretanto, o usa num sentido diferente (ver Arrighi, 1985b:247).

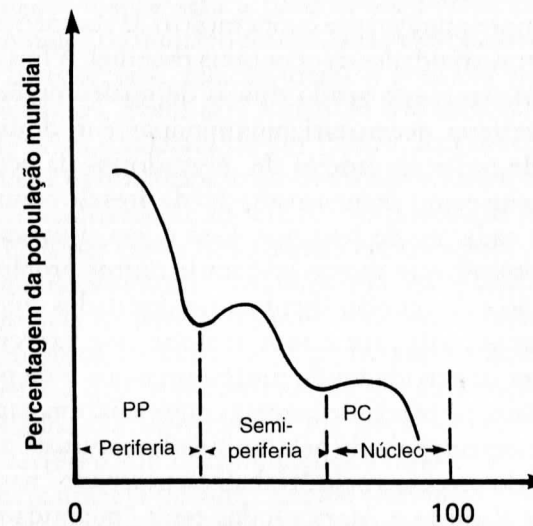


Figura 1  
Distribuição hipotética da população mundial  
(porcentagem da população mundial por  
combinação de atividades de núcleo orgânico e  
de periferia do Estado de residência)

### III. A Estratificação da Economia Mundial: uma análise empírica

III.1. Deve-se declarar, de início, que não há um meio operacional de distinguir empiricamente entre atividades tipicamente periféricas e atividades típicas de núcleo orgânico e, portanto, de classificar os Estados de acordo com a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram sob sua jurisdição. Como já foi enfatizado repetidas vezes (II.2, II.3), nenhuma linha ou técnica de produção consegue, em si e por si mesma, definir uma atividade como sendo